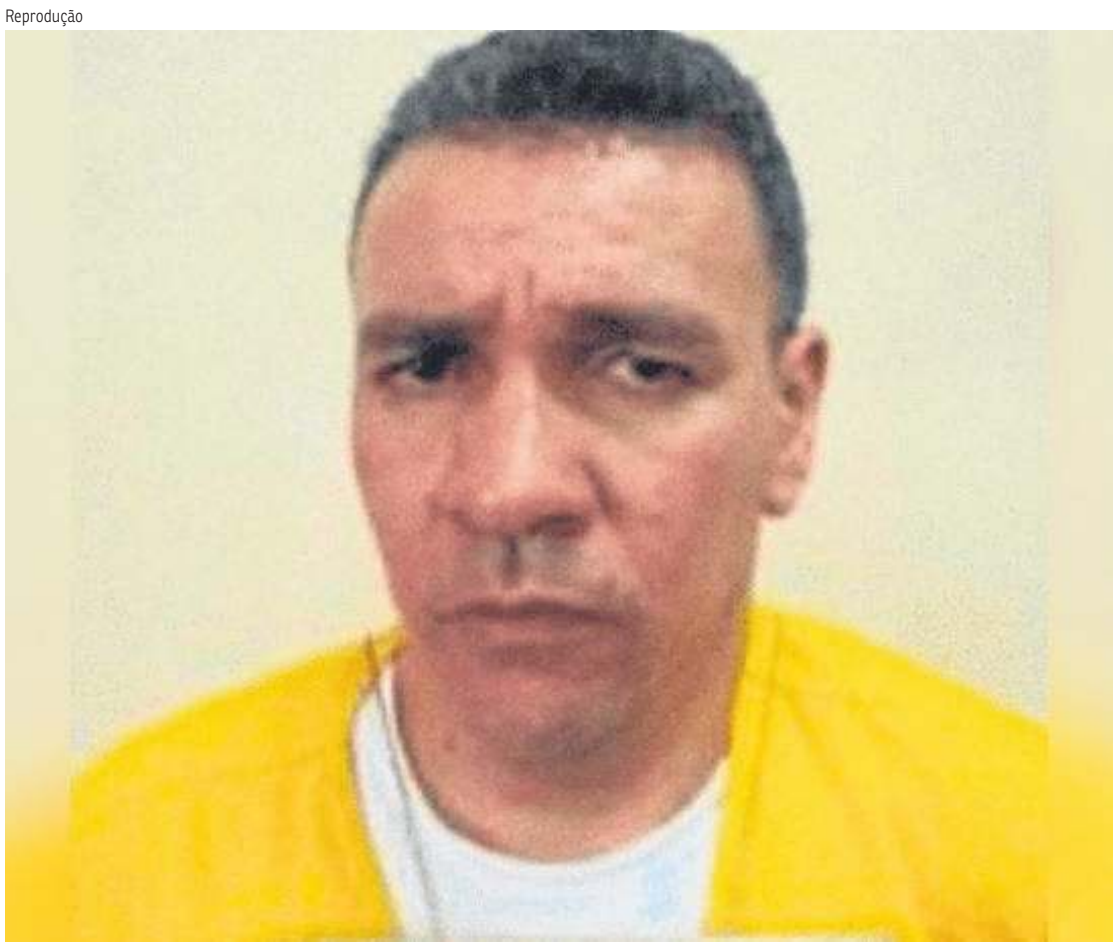
SEGURANÇA PÚBLICA

Bolívia decide hoje futuro de líder do PCC

Autoridades do país vizinho vão bater o martelo se o chefão da organização criminosa será deportado para o Brasil ou expulso. Nesse último caso, o processo é mais rápido

» MAIARA MARINHO

Reprodução



Tuta estava foragido desde 2021, com uma condenação pela Justiça brasileira a 12 anos de prisão

As autoridades bolivianas decidem, hoje, o que será feito com o líder do Primeiro Comando da Capital (PCC), Marcos Roberto de Almeida, o "Tuta', detido em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. "Está prevista uma audiência com autoridades judiciárias da Bolívia. E a nossa expectativa é que tenhamos alguma resposta desse processo. Independentemente disso, as nossas equipes já estão prontas para sair de Brasília", comentou o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Passos.

Conforme a PF, é possível que a Bolívia decida pela expulsão ou pela extradição do brasileiro. Os procedimentos são distintos e, por isso, a Polícia Federal não sabe ao certo em que dia o criminoso chegará ao Brasil.

A expulsão é uma medida administrativa tomada unilateralmente pelo país estrangeiro, quando considera a permanência de um visitante indesejável ou ilegal. Nesse caso, não é necessário um processo judicial formal, e a entrega ao país de origem pode ocorrer de maneira mais rápida, desde que haja garantias de que o detento será devidamente processado ou continuará a cumprir pena. "A expulsão do solo boliviano pode ser resolvida em dias ou mesmo horas. Eventual contestação em face da expulsão dependerá do rito previsto na legislação local", explicou Nauê Bernardo Pinheiro de Azevedo, cientista político e advogado, doutorando em direito pela Universidade de Brasília (UnB).

Já a extradição segue um trâmite judicial complexo e formal, com base em tratados internacionais assinados entre os países envolvidos. O processo de extradição, diferentemente da expulsão, exige que o Brasil formalize um pedido por meio diplomático, que será avaliado por um tribunal boliviano. "O Brasil terá um prazo de 60 dias para remover o extraditando do solo boliviano após autorizado eventual pedido de extradição, em procedimento que pode levar meses. Os prazos de eventual recurso serão regulados pela legislação local", disse Nauê.

> **"Está prevista uma audiência com autoridades judiciárias da Bolívia. E a nossa expectativa é que tenhamos alguma resposta desse processo. Independentemente disso, as nossas equipes já estão prontas para sair de Brasília"**
>
> ***Andrei Passos,*** *diretor-geral da Polícia Federal*

Esse pedido deve incluir provas da identidade do acusado, da existência de sentença condenatória ou processo em curso e da tipificação do crime. A análise pode levar semanas ou meses, e só após a aprovação judicial é que o extraditando poderá ser entregue ao país solicitante.

Na avaliação do advogado, este "parece ser o caso de expulsão, diante do crime apontado e dos problemas jurídicos enfrentados pelos agentes aqui", comentou. De acordo com o especialista, "Brasil e Bolívia têm boa relação e, em tese, não haveria razão para um comportamento capaz de causar algum tipo de indisposição diplomática".

Flagrado com documento falso

Hudson Fonseca/Aleam

Andrei Passos ligou para o ministro da Justiça para detalhar os procedimentos cabíveis no caso

Marcos Roberto, o "Tuta", foi preso após utilizar um documento falso com o nome de Maycon Gonçalves da Silva para renovar sua situação de estrangeiro no país vizinho. O oficial que percebeu a inconsistência nos documentos apresentados acionou a polícia brasileira e a Interpol da Bolívia.

O líder do PCC constava na difusão vermelha do órgão internacional — um aviso emitido para fugitivos procurados a fim de serem processados ou para cumprir pena por crimes graves — o que acendeu alertas.

Quando o escritório da Interpol em Brasília — uma coordenação interna da PF — foi notificado para checar as bases de dados e informar com precisão à polícia boliviana se aquela pessoa era quem dizia ser, a verificação identificou rapidamente que se tratava da liderança da maior organização criminosa do país. "Ressalto a importância da nossa base de dados biométrica, que permitiu, em tempo real, retornar ao nosso oficial da Polícia Federal na Bolívia informando tecnicamente quem era aquela pessoa", relatou Andrei.

Isso permitiu que a detenção fosse feita, uma vez que ele estava apresentando documentos falsos. "Tuta" estava foragido desde 2021 e tem uma condenação da Justiça brasileira a 12 anos de prisão por organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Embora a PF esteja à frente do caso, ainda não há informações detalhadas da prisão ocorrida na Bolívia. "Não sabemos ainda se houve uma eventual apreensão. Ele (Tuta) se dirigiu a uma unidade policial da Bolívia, e não sabemos se ele tinha um celular com ele. Não sei se foi apreendido. Saberei responder com precisão quando tivermos mais detalhes e ele vier para o Brasil", comentou Andrei.

As equipes da PF estão preparadas para sair de Brasília a qualquer momento, caso necessário, para buscar o detento, ou para recebê-lo na fronteira. Caso a expulsão seja autorizada pela Bolívia, o líder do PCC ficará no sistema federal de Brasília, mas a decisão ainda será discutida com a Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), órgão ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). As autoridades brasileiras acreditam que, em 2019, após a prisão de 'Marcola', 'Tuta' o substituiu como líder do PCC.

Na sexta à noite, quando ocorreu a prisão, Passos telefonou para o ministro da Justiça (MJSP), Ricardo Lewandowski. Durante a conversa, o diretor-geral da PF informou ao ministro o que havia ocorrido naquela tarde na Bolívia e explicou quais seriam os procedimentos cabíveis para o caso. "Ele (Lewandowski) cumprimentou a ação da Polícia Federal, obviamente feliz com o desfecho de conseguirmos manter a prisão a partir da cooperação internacional, um desfecho muito importante em se tratando de uma pessoa integrante de uma facção criminosa brasileira", comentou o diretor-geral da instituição.

Logo após a conversa, o ministro telefonou para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e para o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, que, assim que soube, acionou a Embaixada do Brasil na Bolívia. No entanto, não foi informado o que o presidente comentou. (**MM**)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

Endividamento e influenciadores retroalimentam a embriaguez das bets

Movido pelo sonho de ganhar dinheiro fácil, o jogo de azar vicia. Logo no começo de *O Andar do Bêbado: como o acaso determina nossas vidas* (Zahar), de Leonard Mlodinow, sobre a teoria das probabilidades, há um exemplo de como abstrair a realidade em prol da nossa percepção dos fatos: um homem ganhou na loteria nacional espanhola com um bilhete que terminava com o número 48. Orgulhoso, revelou a tese que o levou à fortuna. "Sonhei com o número 7 por 7 noites consecutivas", disse, "e 7 vezes 7 são 48". Ou seja, se a pessoa acha que uma coisa é, então ela será, não importa que não seja.

A esmagadora maioria das pessoas não conhece a teoria das probabilidades, muito menos calculá-las. Sabe apenas que as chances de ganhar na Mega-Sena são maiores quando se forma um grupo de apostadores, embora se ganhe menos, do que quando se faz uma aposta de R$ 15 sozinho, Por isso, milhões fazem as duas coisas simultaneamente. E perdem. A probabilidade de acerto sempre é maior para o maior número de dezenas, mas existe a aleatoriedade…

Compreender o papel da aleatoriedade na vida é difícil. Embora seus princípios básicos surjam do cotidiano, as consequências são contraintuitivas. Em qualquer série de eventos aleatórios, há grande probabilidade de que um acontecimento extraordinário (bom ou ruim), em virtude puramente do acaso, seja seguido de um acontecimento mais corriqueiro, como fazer uma aposta simples na Mega-Sena e não ganhar. Ninguém ganha se não jogar, o acaso tem sua lógica.

A teoria da probabilidade: "Se um time for 55% melhor que o outro, ainda assim o time mais fraco vencerá uma melhor de sete jogos cerca de 40% das vezes. E se o time superior for capaz de vencer seu oponente em dois de cada três partidas, em média, o time inferior ainda vencerá uma melhor de sete cerca de uma vez a cada cinco disputas". Por isso, nem sempre o melhor time é o campeão. O fascínio das bets vem do fetiche de que os que jogam melhor ganharão sempre. Não é bem assim.

> A EPIDEMIA DE APOSTAS ESPORTIVAS VIROU DOENÇA SOCIAL RESPONSÁVEL POR GRANDE PARTE DO ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO. O TERMO "BETS" VIROU SINÔNIMO DE UMA CULTURA ESPORTIVA

De autoria do deputado federal Chico Alencar (PSol-RJ), que o protocolou na Câmara na quinta-feira, o PL nº 2312/2025 propõe a regulamentação da publicidade das bets. A epidemia de apostas esportivas virou doença social responsável por grande parte do endividamento da população. O termo "bets" (apostas, em inglês) virou sinônimo de uma cultura esportiva digital, ligada a plataformas como Betano, Blaze, Pixbet, Bet365, Esportes da Sorte, entre outras. É uma febre entre jovens e até adolescentes.

Empréstimos consignados

Chico Alencar mira o poder dos influenciadores na disseminação das apostas, nas quais a relação entre número de apostadores e acertos aparece nos contratos de forma perversa: quanto mais erros nas apostas, mais o influenciador recebe. "O PL partiu da constatação do poder viciante de geração de dependência e de degradação na vida das pessoas que essa propaganda da bet tem". Segundo o projeto, posts pagos que divulguem sites de apostas terão que deixar claro que se trata de publicidade.

Os influenciadores também deverão informar se ganham algum tipo de comissão — direta ou indireta — com as perdas dos apostadores. Outras diretrizes também determinam que os anúncios sobre apostas tragam alertas visuais e sonoros sobre os riscos financeiros e a possibilidade de vício. O projeto obriga as plataformas de apostas a adotarem verificação de idade, autoexclusão e limites de gastos.

Prevê que 1% da receita bruta das empresas seja destinado a ações de prevenção e tratamento da dependência e, igualmente, multas de até 10% do faturamento anual da empresa, a suspensão das atividades por até 90 dias, a cassação da licença de operação em casos de reincidência, e multas variáveis entre os valores de R$ 100 mil e R$ 20 milhões, caso a infração seja cometida por influenciadores.

O endividamento das famílias brasileiras voltou a crescer em abril, atingindo 77,6% dos lares — o maior nível desde agosto de 2024. Esse aumento marca o terceiro mês consecutivo de alta, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio (CNC). As famílias inadimplentes (com dívidas em atraso) chegam a 29,1%, sendo que 12%,4% não têm mais condições de pagar. O comprometimento médio da receita das famílias com renda de até três mínimos chega a 81,1%.

As apostas são uma das principais causas de inadimplência. E o crescimento do uso de crédito consignado está diretamente relacionado à rolagem das dívidas. As principais dívidas são com cartão de crédito (83,8%); carnês (17,4%); e crédito pessoal (17,4%). Financiamento de veículos e imobiliários, que são considerados dívidas saudáveis, porque representam formação de patrimônio, representam apenas 9,0% e 8,8%, respectivamente.

O crédito consignado do INSS representa 40% do total do saldo de consignados no país, operando mais de R$ 268 bilhões. O limite de comprometimento da renda com crédito consignado permanece em 45% do benefício mensal. Desde janeiro, novos aposentados e pensionistas do INSS deixaram de aguardar o período de 90 dias para pedir esse tipo de empréstimo no banco onde recebem o benefício. Um efeito colateral dessa expansão, ainda não devidamente mensurado, são as fraudes do INSS.